



PORTE PAGO
DR/SP
ISR - 40 - 3051/81

Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 14ª Legislatura

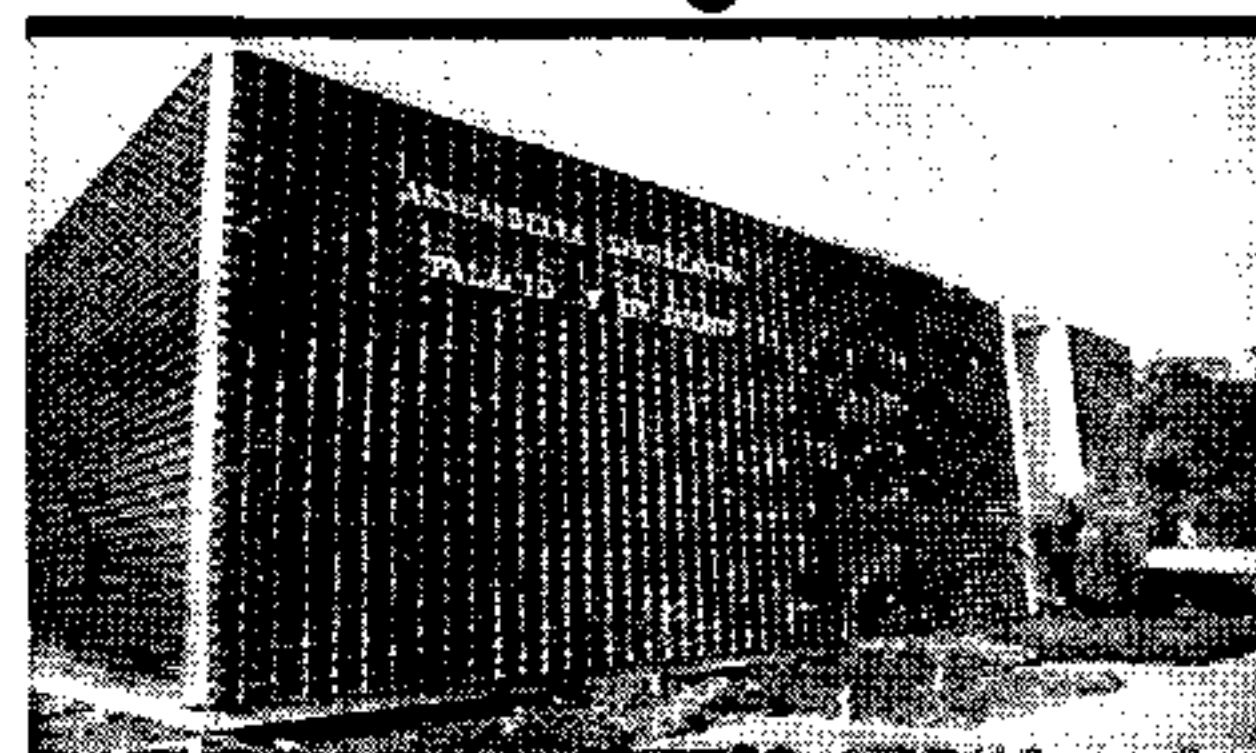
Presidente: Vanderlei Macris

1º Vice-Presidente: Sidney Beraldo
2º Vice-Presidente: Lobbe Neto

1º Secretário: Roberto Gouveia
2º Secretário: Paschoal Thomeu

3º Secretário: Roque Barbieri
4º Secretário: Eduardo Soltur

Poder Legislativo



Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, Nº 201 - CEP: 04097-900
Ibirapuera - F: 886-6122
http://www.al.sp.gov.br

http://www.imesp.com.br

Volume 109 • Número 232 • São Paulo, quinta-feira, 9 de dezembro de 1999

LEIS

LEI Nº 9.628, DE 06 DE MAIO DE 1997

Partes vetadas pelo Senhor Governador do Estado e mantidas pela Assembléia Legislativa, do projeto que se transformou na Lei nº 9.628, de 06 de maio de 1997, que institui o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 8º, da Constituição do Estado, os seguintes dispositivos da Lei nº 9.628, de 06 de maio de 1997, da qual passam a fazer parte integrante:

Artigo 2º -

VI - incentivo ao trabalho integrado e harmonioso dos profissionais que atuam no Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar, promovendo o reconhecimento e a valorização humana, social e profissional, em favor da qualidade total e da resolubilidade dos serviços e das ações de saúde mental, da experiência e da capacidade técnica e científica demonstrada pelo profissional;

VII - o Sistema de Saúde Mental da Polícia Militar desenvolverá ações predominantemente extra-hospitalares, na forma de programas de apoio à desospitalização, enfatizando a organização e manutenção de redes de serviços e cuidados assistenciais, visando à recuperação da saúde do policial militar acometido de transtorno mental e sua reinserção na família, no trabalho e na sociedade;

VIII - a saúde mental dos policiais militares deve receber especial atenção no âmbito da sua comunidade, mediante assistência ambulatorial, assistência domiciliar e internação hospitalar minimizada, preferencialmente de tempo parcial;

X - a internação psiquiátrica de policiais militares será utilizada como último recurso terapêutico, após laudo médico especializado, visando a mais breve recuperação do paciente, preferencialmente em hospitais gerais;

XII - os projetos e programas de atenção à saúde mental deverão ser realizados, aperfeiçoados e avaliados de acordo com a política de diretrizes do Sistema de Saúde Mental da Corporação, que se fundamentam na afirmação da cidadania dos policiais militares, como o processo humanizador, na promoção do bem-estar biopsicossocial do homem, na construção de uma sociedade justa e democrática.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 08 de dezembro de 1999

a) VANDERLEI MACRIS - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 08 de dezembro de 1999.

a) Auro Augusto Caliman - Secretário Geral Parlamentar

RESOLUÇÕES

Resolução nº 802, de 8 de dezembro de 1999
Dispõe sobre a transferência da sede do Poder Legislativo para o Município de São Vicente.

(Projeto de Resolução nº 37, de 1999)

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "j" do inciso II do artigo 14 da IX Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte Resolução:

Artigo 1º - Com a finalidade de participar dos eventos comemorativos do V Centenário do Brasil, em São Paulo, a sede da Assembléia Legislativa será transferida, nos dias

21, 22 e 23 de janeiro de 2000, para o Município de São Vicente, primeira cidade brasileira.

Artigo 2º - A Assembléia Legislativa, se autoconvocada, poderá realizar sessão ordinária no dia 21, em horário diverso do previsto no Regimento Interno, e extraordinárias nos dias 22 e 23 de janeiro de 2000, podendo ser compostas, na forma do Ato convocatório do Presidente da Assembléia, de Pequeno Expediente, Grande Expediente e/ou Ordem do Dia.

Parágrafo único - Fica a Mesa autorizada a tomar as medidas necessárias para a realização das sessões.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 8 de dezembro de 1999.

a) Vanderlei Macris - Presidente

a) Roberto Gouveia - 1º Secretário

a) Paschoal Thomeu - 2º Secretário

ORDEM DO DIA

9 DE DEZEMBRO DE 1999 158ª SESSÃO ORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1- Discussão adiada e votação do Projeto de lei nº 905, de 1999, apresentado pelo Sr. Governador, dispoendo sobre alíquota do ICMS para vigorar durante o exercício de 2000. Com 3 emendas. Parecer nº 1574, de 1999, do Congresso das Comissões de Justiça e de Finanças, favorável ao projeto, à emenda de nº 2 e contrário às demais. Com emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 da IX Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 1600, de 1999, do Congresso das Comissões de Justiça e de Finanças, contrário

2- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 38, de 1997, (Autógrafo nº 23868), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, instituindo Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

3- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 200, de 1995, (Autógrafo nº 23118), vetado totalmente, apresentado pela deputada Edna Macedo, dispoendo sobre a concessão de documentos a ex-detentos que tenham cumprido integralmente suas penas, tornando os antecedentes criminais sigilosos, desde que não reincidam no crime. Parecer nº 463, de 1996, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 521, de 1995, (Autógrafo nº 24254), vetado totalmente, apresentado pelo deputado José Zico Prado, dispoendo sobre a criação do "Bilhete Único Metropolitano Regionalizado". Parecer nº 361, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

5- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 798, de 1995, (Autógrafo nº 23466), vetado totalmente, apresentado pela deputada Mariângela Duarte, regulamentando o artigo 250 da Constituição Estadual, a fim de universalizar o ensino de 2ª Grau. Parecer nº 953, de 1997, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 486, de 1996, (Autógrafo nº 24069), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, autorizando o Governo Estadual a conceder anistia aos servidores públicos que tenham sido demitidos por atividades profissionais paralisadas em virtude de decisão de seus trabalhadores. Parecer nº 1542, de 1998, de relator especial pela Comissão de Finanças, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 710, de 1996, (Autógrafo nº 23980) vetado parcialmente, apresentado pelo deputado do Meio Ambiente, autorizando o Poder Executivo a participar da constituição de Fundações Agências de Bacias Hidrográficas dirigidas aos corpos de água, superficiais e subterrâneos, do domínio do Estado. Pareceres nºs 1361 e 1362, de 1998, de relatores especiais, respectivamente pelas Comissões de Justiça e de Defesa do Meio Ambiente, contrários ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 85, de 1997, (Autógrafo nº 24368), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Reynaldo de Barros Filho, dispoendo sobre as condições para contratos de limpeza do Estado com terceiros. Parecer nº 1081, de 1999, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

9- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 123, de 1997, (Autógrafo nº 24066), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rafael Silva, dispoendo sobre a reserva de sete por cento dos imóveis populares para serem

comercializados com deficientes ou com familiares de portadores de deficiência. Parecer nº 1522, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

10- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 150, de 1997, (Autógrafo nº 23765), vetado parcialmente, apresentado pelo Sr. Governador, dispoendo sobre as diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado. Parecer nº 93, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

11- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 279, de 1997, (Autógrafo nº 24366), vetado totalmente, apresentado pela deputada Maria Lúcia Prandi, dispoendo sobre a instituição do serviço telefônico "Disque Abuso Infantil". Parecer nº 934, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

12- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 546, de 1997, (Autógrafo nº 24277), vetado parcialmente, apresentado pelo deputado Roberto Gouveia, dispoendo sobre direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Estado. Parecer nº 371, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. Parecer nº 372, de 1999, de relator especial pela Comissão de Saúde, favorável ao projeto em relação ao inciso X do artigo 2º às expressões que especifica, constantes do inciso XVII do mesmo artigo, aos artigos 3º, 4º e 5º e contrário ao projeto quanto às expressões destacadas do inciso XVII do artigo 2º. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

13- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 553, de 1997, (Autógrafo nº 24205), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, autorizando o Poder Executivo a vincular, por substituição e reposição, sem ônus, áreas localizadas no mesmo Município e de igual metragem, indevidamente ocupadas. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

14- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 707, de 1997, (Autógrafo nº 24250), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Rui Falcão, dispoendo sobre a fixação e cobrança das tarifas de pedágio nas rodovias estaduais. Parecer nº 363, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

15- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 724, de 1997, (Autógrafo nº 24170), vetado totalmente, apresentado pela deputada Cecília Passarelli, autorizando a Secretaria Estadual da Saúde a distribuir seringas e agulhas descartáveis, aos portadores de diabetes. Parecer nº 157, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

16- Discussão e votação do Projeto de lei nº 20, de 1998, apresentado pelo Sr. Governador, dispoendo sobre cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado. Com 102 emendas e 2 substitutivos. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

17- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 45, de 1998, (Autógrafo nº 24056), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nabi Abi Chedid, estabelecendo critérios para o repasse dos impostos estaduais para os municípios enquadrados nas disposições das Leis 898/75 e 1172/76. Parecer nº 1461, de 1998, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

18- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 143, de 1998, (Autógrafo nº 24367), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, instituindo o Programa Suplementar de Material Didático-Escolar. Parecer nº 895, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, contrário ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

19- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 220, de 1998, (Autógrafo nº 24362), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Cesar Callegari, dispoendo sobre a criação do "Passe Pedagógico". Parecer nº 896, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

20- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 416, de 1998, (Autógrafo nº 24356), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Edmir Chedid, implantando o "Campus" Universitário de Bragança Paulista, vinculado à Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp. Parecer nº 712, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

21- Veto - Discussão e votação do Projeto de lei nº 574, de 1998, (Autógrafo nº 24385), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Dalla Pria, dando a denominação de "Luiz Fiorucci" ao Instituto Florestal de Manduri. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

22- Discussão e votação do Projeto de lei nº 238, de 1999, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando a Fazenda do Estado a alienar, mediante venda, precedida de avaliação e de certame licitatório, imóveis que especifica. Com 3 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

8 DE DEZEMBRO DE 1999

44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Proposição em Regime de Urgência

- Discussão adiada e votação do Projeto de lei nº 905, de 1999, apresentado pelo Sr. Governador, dispoendo sobre alíquota do ICMS para vigorar durante o exercício de 2000. Com 2 emendas. Parecer nº 1574, de 1999, do Congresso das Comissões de Justiça e de Finanças, favorável ao projeto, à emenda de nº 2 e contrário às demais. Com emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 da IX Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 1600, de 1999, do Congresso das Comissões de Justiça e de Finanças, contrário.

8 DE DEZEMBRO DE 1999

45ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Proposições em Regime de Urgência

1- Discussão adiada e votação do Projeto de lei nº 842, de 1999, apresentado pelo deputado Nivaldo Santana, autorizando o Poder Executivo a prorrogar o prazo de validade do concurso público para ingresso na carreira de Procurador do Estado de São Paulo. Parecer nº 1575, de 1999, do Congresso das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável. Com 2 emendas apresentadas nos termos do inciso II do artigo 175 da IX Consolidação do Regimento Interno. Parecer nº 1636, de 1999, do Congresso das Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Finanças, favorável.

2- Discussão e votação do Projeto de lei nº 511, de 1998, apresentado pelo deputado Daniel Marins, dispoendo sobre obrigatoriedade de orientação quanto aos procedimentos de emergência e normas de segurança durante as viagens intermunicipais de ônibus. Pareceres nºs 1602, 1603 e 1604, de 1999, respectivamente pelas Comissões de Justiça, de Transportes e de Finanças, favorável.

3- Discussão e votação do Projeto de lei nº 143, de 1999, apresentado pelo deputado Sidney Beraldo, alterando a Lei nº 10235, de 1999, que estabeleceu a reparação por agressões ao Patrimônio Cultural do Estado. Parecer nº 1605, de 1999, da Comissão de Justiça, favorável. Parecer nº 1606, de 1999, do Congresso das Comissões de Cultura e de Finanças, favorável, com emenda.

4- Discussão e votação do Projeto de lei nº 237, de 1999, apresentado pelo Sr. Governador, autorizando o Departamento de Estradas de Rodagem - DER a alienar, mediante doação, ao Município de Guaimbé, faixa de terra, destinada à utilização como via pública. Pareceres nºs 1482 e 1483, de 1999, respectivamente, pelas Comissões de Justiça e de Transportes, favoráveis.

5- Discussão e votação do Projeto de lei nº 263, de 1999, apresentado pelo deputado Dorival Braga, estabelecendo medidas assecuratórias vedando qualquer violação ao princípio de igualdade de direitos e obrigações entre os sexos. Com emenda. Parecer nº 1607, de 1999, da Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emenda e à emenda de nº 1. Pareceres nºs 1608 e 1609, de 1999, respectivamente das Comissões de Relações do Trabalho e de Finanças, favoráveis ao projeto e às emendas.

6- Discussão e votação do Projeto de lei nº 294, de 1999, apresentado pelo deputado José de Filippi, dispoendo sobre o exercício do poder de fiscalização dos deputados estaduais. Pareceres nºs 1612 e 1613, de 1999, respectivamente de relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Administração Pública, favorável.

7- Discussão e votação do Projeto de lei nº 313, de 1999, apresentado pelo deputado Ramiro Meves, dispoendo sobre a criação da Loteria da Segurança Pública no Estado. Pareceres nºs 1614 e 1615, de 1999, respectivamente da Comissão de Justiça e do Congresso das Comissões de Segurança Pública e de Finanças, favoráveis.

8- Discussão e votação do Projeto de lei nº 353, de 1999, apresentado pelo deputado Rafael Silva, instituindo Centros de Apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência. Parecer nº 1616, de 1999, do Congresso das Comissões de Justiça, de Promoção Social e de Finanças, favorável.

9- Discussão e votação do Projeto de lei nº 397, de 1999, apresentado pelo deputado Carlos Zarattini, instituindo o Programa Estadual de Uso Múltiplo das Águas. Parecer 1617, de 1999, do Congresso das Comissões de Justiça, do Meio Ambiente e de Finanças, favoráveis, com emendas.

10- Discussão e votação do Projeto de lei nº 491, de 1999, apresentado pelo deputado Arnaldo Jardim, disciplinando o emprego do fogo em práticas agrícolas, pastoris e florestais. Com 3 emendas. Parecer nº 1618, de 1999, de relator especial pela Comissão de Justiça, favorável ao projeto, com emenda e às emendas. Parecer nº 1619, de 1999, do Congresso das Comissões do Meio Ambiente e de Finanças, favorável ao projeto, à emenda do relator especial pela Comissão de Justiça, com subemenda e contrário às demais.

11- Discussão e votação do Projeto de lei nº 498, de 1999, apresentado pelo deputado Milton Vieira, proibindo o repasse, a empresas privadas fornecedoras de produtos eletroeletrônicos de detecção de velocidade e de equipamentos fotográficos, de parte de receita auferida por órgãos públicos, em razão de cobrança de multas. Com emenda. Parecer 1641, de 1999, da Comissão de Justiça,

SUMÁRIO

Leis	1
Ordem do Dia	1
Pauta	2
Oradores Inscritos	2
Expediente	2
Atos Administrativos	9
Comissões	—
Debates	—
Pronunciamentos de Sessões Anteriores	—

TRIBUNAL DE CONTAS

Este caderno, com 16 páginas contém as publicações do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, não pode ser comercializado separadamente do EXECUTIVO SEÇÃO I.